

[EMBATE – Prefeito Pedro Sahium diz que “toda ação tem uma reação” e que autora de denúncia para instalação de Comissão Processante vai “ter que agüentar”

# CP é rejeitada. Sahium quer processo contra aposentada



SAHIUM volta a falar em terceiro turno ao se referir ao trabalho da oposição

Marcos Vieira

Um dia depois do pedido de instalação de Comissão Processante (CP) ser arquivado na Câmara Municipal, graças à maioria governista, o prefeito Pedro Sahium (sem partido) afirmou que processará a aposentada Regina Alice Borges

Diniz – autora da denúncia – pelo crime de denúncia caluniosa. “Meus advogados já estão olhando isso. Toda ação tem uma reação. Essa é a reação que ela [Regina Alice] vai ter que agüentar”, salientou Sahium em entrevista à rádio São Francisco na terça-feira, dia 5.

A denúncia caluniosa ocorre quando a pessoa,

além de atribuir à vítima a prática de um delito, leva ao conhecimento da autoridade o fato. A prática é considerada crime contra a administração do Estado e crime contra a honra da pessoa. Assim, pune-se o ofensor por ter retirado a jurisdição da inércia sem necessidade alguma e por ter ferido a honra objetiva do ofendido.

Para o prefeito, a aposentada apresentou “a mesma história dos 11% do Issa”. “Todo mundo sabe, comprovado por documentos, que não tem nada”, completou. Os 11% a que se refere Sahium diz respeito ao desconto que é feito mensalmente do salário de cada servidor. Esse dinheiro deve ser repassado ao Instituto de Seguridade Social de Anápolis sob pena de incorrer em crime de apropriação indébita.

Sahium disse que o pedido de CP era uma “questão política” e voltou a falar em “terceiro turno”. A expressão tem sido usada pelo prefeito para classificar as atitudes da oposição, principalmente em referência ao vereador Antônio Roberto Gomide (PT), cujo irmão, deputado Rubens Otoni, foi derrotado por Sahium nas urnas em 2004.

As críticas ao PT não pararam por aí. Pedro Sahium tentou atingir seus adversários políticos na cidade ao citar escândalos recentes do governo Lula. “Interessante que o Brasil está aí, com uma vergonha de corrupção. É mensalão, é navalha, dinheiro na cueca, é roubo mesmo, desvio. Agora aqui em Anápolis o prefeito Pedro Sahium nunca foi acusado de desvio, nem de roubo e nem de enriquecimento ilícito”, citou.

Segundo o prefeito, todas as formas de denegrir sua imagem são “bobagens”, já

que ele não será candidato em 2008. Ele falou ainda que em Uberlândia (MG), após as eleições, todos se unem para tentar construir a cidade. “Agora aqui em Anápolis não. Passou a eleição vem o terceiro turno”. Para Sahium, as pessoas não admitem que ele e sua “equipe jovem” ganharam o pleito.

Sobre o trabalho dos vereadores da base aliada, que derubaram o pedido de instalação da CP, o prefeito disse que se trata de pessoas conscientes que estão trabalhando em benefício da cidade. “Eu sabia que teria o respaldo da maioria dos vereadores”, frisou.

## PODERIO

Para a presidente do Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais de Anápolis (SindiAnápolis), Regina de Faria, a cidade vive hoje à mercê de um poderio político que faz tudo para esconder a verdade. Ela salientou que a denúncia feita pela aposentada foi baseada em relatório da Comissão Especial de Investigação (CEI) e já que o prefeito não deve nada, ele deveria permitir uma CP para “liquidar com o assunto”.

Regina afirmou que teme pelo futuro do Issa. Segundo ela, o instituto hoje está “zerado” e a prefeitura precisaria repassar os R\$ 50 milhões que deve ao Issa. “A CEI demonstrou que houve um desvio em dezembro de 2004”, lembrou a sindicalista.

A denúncia de Regina Alice é baseada em informações da CEI. Relatório da comissão, aprovado pelos seus membros, mostra que em 2004 o montante de R\$ 1.494.500 do Fundef que deveria ter ido para o Issa acabou não chegando nos cofres do instituto.



ENEY DE FARIA picha as fotos dos vereadores que arquivaram a CP

## Sessão tumultuada

A sessão de segunda-feira, dia 4, na Câmara Municipal foi marcada por muito tumulto. Aposentados que estavam no local para pressionar os vereadores na votação da Comissão Processante (CP), acabaram entrando em confronto físico com comissionados que apoiavam o prefeito Pedro Sahium. O motivo da briga foi uma faixa com a frase ‘deixa o homem trabalhar’. A Polícia Militar teve que interceder.

Segundo Regina de Faria, os comissionados foram obrigados a comparecer à Câmara Municipal. “Foi uma afronta aos aposentados que lutam para receber seus salários”, destacou a presidente do SindiAnápolis. Ela classificou a atitude como uma “palhaçada” e disse que é deprimente ver que o Legislativo hoje não tem independência.

Os aposentados também montaram um painel na Câmara Municipal, com as fotos dos 15 vereadores. Todos aqueles que votaram contra a CP receberam um jato de tiveram suas imagens pichadas de vermelho. Dezenas de moedas de um centavo foram jogadas no plenário

ao final da votação.

Os cinco vereadores da oposição que votaram a favor da CP [Antônio Roberto Gomide (PT), Sírio Miguel (PSB), Assef Nabem (PMDB), Miriam Garcia (PSDB) e Dinamélia Ribeiro (PT)] deixaram a sessão depois do arquivamento da denúncia. Nabem era o mais exaltado. O vereador chegou a bater com microfone na mesa.

Sírio Miguel comparou a situação de Pedro Sahium com o ex-prefeito Ernani de Paula, cassado pela Câmara Municipal por desvio de recursos no Fundef – mesma acusação que pesa contra o prefeito atual. “A lei é igual para todos”, afirmou.

O líder do prefeito na Casa, vereador Édson Araújo, disse que a instalação de uma CP atrapalharia a cidade. Ele citou o Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta (TAC), assinado pela prefeitura e pelo Ministério Público (MP), como uma prova de que Pedro Sahium não dará calote nos aposentados. O TAC determina o pagamento de quatro folhas atrasadas de 2006 em 12 parcelas mensais.

## Ernani de Paula condenado por contratar sem licitação

Marcos Vieira

O ex-prefeito Ernani de Paula e o fotógrafo Antônio Cândido Bandeira foram condenados essa semana pelo juiz Sebastião José de Assis Neto a cassação de direitos, multa e devolução de recursos aos cofres da prefeitura de Anápolis. O caso foi configurado pelo magistrado como improbidade administrativa e trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público (MP).

Ernani de Paula foi condenado a pagamento de multa de R\$ 194 mil, suspensão dos direitos políticos por cinco anos e proibição de contratar com o poder público pelo prazo de cinco anos. Antônio Bandeira terá que devolver R\$ 194 mil – corrigidos – aos cofres públicos, pagar multa de R\$ 10 mil e ainda perdeu seus direitos políticos por cinco anos e ficou proibido de contratar com o poder público por igual período.

De acordo com a denúncia do MP, o então prefeito Ernani de Paula cometeu irregularidades ao contratar Antônio Bandeira para realizar serviços técnicos profissionais no campo de sistema de identidade histórico e cultural do edifício da prefeitura (prédio do antigo Fórum), Praça Bom Jesus, Praça Dom Emanuel e Mercado Municipal.

O serviço custou R\$ 194 mil.

O juiz Sebastião José de Assis Neto diz que Antônio Bandeira não poderia ser contratado para o serviço, já que em 1995 o fotógrafo firmou um contrato com a prefeitura para fornecimento de cartilhas, no valor de R\$ 18 mil, e não cumpriu sua parte no contrato. A administração municipal ajuizou uma ação de restituição da importância paga e até hoje não recebeu esses recursos.

A justificativa de que Bandeira foi contratado com a dispensa de licitação, já que possuía notória especialização profissional, também é refutada pelo magistrado. “O segundo requerido [Antônio Bandeira] é qualificado na inicial como fotógrafo, condição não questionada por ocasião de sua defesa. Não vejo como reconhecer, em sua atuação profissional, singularidade ou notória especialização que implique na inviabilidade da competição para o objeto do contrato”, informa o juiz.

Sebastião José de Assis Neto explica ainda que Bandeira não tinha sequer a habilitação específica para projetar uma reforma de um prédio público. “Além disso, o valor contratado é claramente exacerbado”. E completa: “A prática fez com que se permiti-

tisse que o segundo requerido [Antônio Bandeira] se enriquecesse ilicitamente”.

Em sua defesa no processo, Antônio Bandeira diz que não houve qualquer irregularidade na sua contratação e que o trabalho foi devidamente realizado, concluído e entregue. Por sua vez, Ernani de Paula afirma que a dispensa da licitação segue os princípios da lei e que a especialização do fotógrafo está provada através de documentos. Sobre esse ponto, o juiz ressalta: “Não há qualquer fundamentação no sentido de demonstrar a inviabilidade da competição, mas apenas se limita a discorrer sobre características pessoais do profissional posteriormente contratado”.

Por fim, o magistrado explica que a sentença não tem como objetivo desmerecer a gestão de Ernani de Paula à frente da cultura ou a capacidade de Antônio Bandeira. “Tampouco se desvaloriza a identidade visual e histórica do povo de Anápolis”, completa. Segundo Sebastião José, sua decisão visa apenas resguardar a moralidade e a impessoalidade.

O ex-prefeito Ernani de Paula vai recorrer da sentença. O fotógrafo Antônio Bandeira não foi localizado para comentar sobre o assunto.

**REALIZAÇÃO**  
 Crystal, Nobel, A3, A3, A3  
**15 DE JUNHO**  
 KARTÓDROMO ANÁPOLIS-GO  
**IVETE TEIXEIRA SANGALO**  
 NO TRU ELETRICO  
 + TOP DJS RODRIGO MELO, IRINEU LAC  
 BANANA CEVADA  
**2X**  
 PISTA: R\$ 25-30-40-50-60-70-80  
 ÁREA VIP: R\$ 60-70-80  
 ÁREA EXTRAVIP: R\$ 100-120  
 CAMAROTE: R\$ 1.200  
 AMERICANAS.COM